

“O cardeal protetor”: Hugolino de Óstia e a Ordem dos Frades Menores nas primeiras hagiografias franciscanas

 **Victor Mariano Camacho**

Licenciado em História
Uniabeu Centro Universitário

Resumo:

O presente texto pretende fazer uma análise da figura do cardeal Hugolino, bispo de Óstia, e sua relação com os Frades Menores nos primeiros anos do movimento franciscano nas hagiografias de São Francisco produzidas no seio da ordem franciscana no século XIII. A partir de 1209, os Frades Menores, sob a liderança de Francisco de Assis, conseguem a aprovação de sua forma de vida pelo Papa Inocêncio III. A partir desse fato, o pequeno grupo de penitentes entra em um acelerado processo de institucionalização. A missão de Hugolino seria garantir a proteção da ordem e sua organização mais sistemática. A presença do cardeal Hugolino, futuro Papa Gregório IX, no seio dos Frades Menores é um dos elementos do fenômeno da chamada Reforma Papal iniciada no século anterior.

Palavras-chave:

Igreja Católica – história – século XIII
Gregório IX, papa, ca. 1170-1241
Franciscanos

Artigo desenvolvido no âmbito do Laboratório Interdisciplinar de Teoria da História, Antiguidade e Medievo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação do Professor Dr. Marcelo Santiago Berriel.

A Reforma Papal nos séculos XII e XIII e o movimento franciscano

Durante o período da chamada Reforma Gregoriana, a Igreja, por meio do movimento da “*Libertas Ecclesiae*”, torna-se livre da submissão ao poder temporal exercido pelos imperadores. Dessa forma, o papado dá início ao que Brenda Bolton, em sua tese sobre a política pontifícia na Idade Média Central, chama de Reforma da Igreja ou Reforma Papal, que consistiu na consolidação da hegemonia e da autoridade do bispo de Roma sobre a cristandade.¹

O papado no Ocidente já gozava de preeminência devido à teoria do primado de Pedro. No entanto, a partir do século XII, os papas utilizaram-se de vários discursos, insígnias, dentre outros elementos, para tornar sua autoridade visível e legítima. Segundo Jérôme Baschet, a questão da Reforma Gregoriana no século XI não pode ser restrita apenas a uma disputa política entre o papa e o imperador ou a uma busca pela reforma moral do clero. Trata-se de um processo mais profundo, em que a igreja buscava as bases para a sua hegemonia e organização. Se antes o papado se incomodava com a condição de subordinação ao poder temporal, com a reforma, a Igreja procurou reverter totalmente esse quadro.²

Embasada em teorias da tradição eclesiástica, a Igreja adotou o argumento de que o poder do papa, por ser proveniente do próprio Cristo, estaria acima de qualquer tipo de autoridade. Foi em finais do século XII, com o pontificado de Inocêncio III, que observamos o apogeu do poder pontifício, tornando o papado uma das maiores monarquias do Ocidente. Se antes o papa, por ser o bispo de Roma, era o Vigário de Pedro, com Inocêncio III nasce o argumento de que o papa seria a imagem visível de Jesus, ganhando o título de Vigário de Cristo. Brenda Bolton defende que a Reforma da Igreja nasceu no seio do movimento monástico, dentre outros movimentos religiosos que surgiam.

1 O chamado movimento da “*Libertas Ecclesiae*” consistia em libertar a Igreja de qualquer influência do poder temporal, de modo que o papado e o clero tivessem autonomia para escolher as autoridades eclesiásticas. Tal movimento nasceu a partir da querela das investiduras entre o papa Gregório VII e o Imperador do Sacro Império Germânico Henrique IV. Ver Brenda Bolton, *A reforma na Idade Média*, Lisboa, Edições 70, 1983.

2 Jérôme Baschet, *A civilização feudal: do ano mil a colonização da América*, São Paulo, Globo, p. 193-196.

A Igreja emergiu mudada e reformada, mas embora não fosse confrontada com qualquer desafio por parte de qualquer outra instituição alternativa à sua posição no centro da cristandade ocidental, todavia houvera de fato uma reforma. (...) Embora o objetivo da Igreja fosse manter a sua finalidade e função, necessitava ser capaz de ajustar as suas crenças e instituições de forma a ir ao encontro das exigências que lhe faziam. Se não se modificasse, não poderia satisfazer as aspirações espirituais, e podiam surgir e prosperar alternativas externas.³

No final do século XII e início do século XIII surgiram as ordens mendicantes: os Dominicanos, liderados por Domingos de Gusmão, e os Frades Menores, liderados por Francisco de Assis, de cujo caso trataremos de forma específica. De acordo com Brenda Bolton, durante o pontificado de Inocêncio III, após diversas repreensões aos movimentos religiosos de piedade popular, bem como a perseguição às heresias, o novo papa percebeu que a melhor forma de promover a política de unidade e centralização da Igreja era acolher esses grupos de forma cautelosa. A estratégia política de Inocêncio III era inovadora e perspicaz, pois aprovava aqueles que vinham pedir sua permissão para viver a pobreza absoluta e o ofício da pregação. Garantia proteção na medida em que tais grupos se mostrassem ortodoxos e obedientes à autoridade do clero e da cúria romana. Além disso, o papa percebia que esses grupos poderiam ser uma ajuda eficaz para a conversão de seitas heréticas, além de servir como uma ponte entre essa imponente cúria e as camadas mais simples da sociedade.

Quando, em 1209, o Papa Inocêncio III concedeu a aprovação oral da forma de vida proposta por Francisco de Assis, observamos a passagem do movimento franciscano de um grupo de penitentes errantes para a consolidação de uma das ordens mais influentes e populares da cristandade. Estes se tornaram, posteriormente, os principais colaboradores da Igreja, juntamente com os dominicanos. Os frades inseriram-se nas cidades e nas universidades, além de empreenderem missões na Terra Santa durante as cruzadas. Sua característica de ordem itinerante, diferente dos movimentos monásticos anteriores, permitiu desempenhar as mais variadas funções eclesiásticas, como a cura d'almas, o serviço pastoral e a pregação — serviços que até então eram restritos unicamente ao clero secular.

3 Bolton, *A reforma na Idade Média*, p. 16-17.

A inserção dos frades em tais atividades acabava despertando a hostilidade de alguns bispos e padres, que passaram a recusar a entrada dos religiosos em suas dioceses e paróquias. Todavia, o papado dava aos religiosos a autonomia de pregar em qualquer diocese, privilégio concedido após a morte de Francisco de Assis, contrário a uma das recomendações da *Regra* (“Não preguem os irmãos na diocese de algum bispo que lho tenha proibido”)⁴, bem como do *Testamento*:

Mando severamente sob obediência a todos os irmãos, onde quer que estejam, que não se atrevam a pedir à Cúria Romana algum rescrito, nem por si nem por pessoa intermediária, em favor duma igreja ou de outro lugar qualquer sob o pretexto de pregação, nem por causa de perseguição corporal. Ao contrário, sempre que não forem aceitos em alguma parte, fujam para outra terra para ali fazer penitência com a bênção de Deus.⁵

Hugolino e os Frades Menores

A questão do movimento franciscano vem ganhando cada vez mais relevância no âmbito da historiografia e dos estudos medievais. Em finais do século XIX, o estudioso protestante Paul Sabatier, apesar de ter incorrido em anacronismo em suas análises, trouxe de volta a pesquisa dos escritos e outras fontes referentes à vida de Francisco de Assis e à Ordem dos Frades Menores, levando um grupo cada vez maior de historiadores a estudar a questão franciscana na Idade Média.⁶

4 *Regra bulada da Ordem dos Frades Menores* apud: Ildefonso Silveira, *São Francisco de Assis: escritos e biografias de São Francisco. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 137.

5 *Testamento*, §8 apud: Silveira, *São Francisco de Assis*, p. 169. O testamento escrito por Francisco de Assis, apesar de não ter valor jurídico perante a Igreja, traz as últimas recomendações e admoestações do santo aos frades.

6 Paul Sabatier, *Vida de São Francisco de Assis*, Bragança Paulista, EDUSF, 2006. Sabatier iniciou suas pesquisas sobre a vida de São Francisco no final do século XIX, no intuito de mostrar uma nova figura do santo, que, segundo o próprio Sabatier, teria sido mutilada e construída ao longo dos séculos pela Igreja Romana. Seus estudos culminaram na publicação da polêmica vida de São Francisco, em que o teólogo apresentava um Francisco de Assis menos santo e mais humano. Ao fazer suas pesquisas, Sabatier acabou cometendo alguns equívocos, pois afirmava que o texto da *Legenda dos três companheiros* havia sido mutilado pelo grupo dos clérigos e doutores da Ordem por se tratar de um trecho de caráter subversivo, em que o fundador da Ordem dava ênfase constante à pobreza absoluta, mostrava certo repúdio ao estudo e condenava os privilégios dados pela cúria romana. O fragmento em questão trata-se do chamado *Espelho da perfeição*, um texto elaborado no século XIV por um grupo de frades que desejava um retorno ao ideal de humildade e pobreza dos primeiros anos da Ordem, chamados de espirituais.

É indiscutível o fato de que Francisco de Assis trouxe para seu tempo uma inovação no que diz respeito à visão do sagrado e do próprio ser humano em seus escritos, diferentemente da mentalidade dos clérigos de sua época, que acreditavam estar numa posição de superioridade sobre os outros estados de vida. Os chamados Frades Menores colocavam-se em condição de submissão diante de todas as criaturas. Como aponta André Váchez, “A originalidade dos Irmãos Menores reside em levar uma vida pobre e errante, a exemplo de Cristo e dos apóstolos, que se traduziu numa recusa da posse de bens não só pessoais, mas também comunitários”.⁷

A ordem teria nascido após a conversão de Francisco e dos primeiros companheiros, Bernardo de Quintavalle e Pedro Catanni, que foram atraídos pelo modo de vida do santo de Assis.⁸ A maior parte dos historiadores concorda em dizer que não fora intenção de Francisco fundar uma ordem nos moldes das que já existiam na Europa medieval. Inicialmente, o santo teria vivido num mosteiro beneditino e, depois, como eremita. Segundo alguns relatos, quando a fraternidade havia atingido um número de 12 integrantes, Francisco, percebendo que o movimento começava a ganhar fama e que o número de candidatos crescia a cada dia, teria partido para Roma em busca de uma aprovação da Igreja. O papa Inocêncio III concedeu a aprovação oral da forma de vida dos frades, além de permitir-lhes pregar em diversas cidades com a autorização do bispo local.⁹

Segundo o medievalista Raoul Manselli, Inocêncio III teria garantido a aprovação da forma de vida dos frades porque já os via como aliados na luta contra a heresia, além de que teria possíveis interesses políticos na região de Assis.¹⁰ Francisco manifestara total obediência à Igreja Romana, mas a cúria, não se contentando apenas com a sua fidelidade, quis marcar os frades com o sinal da Igreja Romana: a tonsura.¹¹

7 André Váchez, *A espiritualidade na Idade Média Ocidental*, Lisboa, Estampa, 1995, p. 143.

8 Nachman Falbel, *Os espirituais franciscanos*, São Paulo, EDUSP, 1995, p. 8-10.

9 Théophile Desbonets, *Da intuição à instituição*, Petrópolis, Vozes, 1987, p. 38-43.

10 Raoul Manselli, *São Francisco*, Petrópolis, Vozes, 1997, p.100-112. A política de centralização de poder promovida pelo papado tinha por objetivo se estender também aos vários movimentos religiosos emergentes, para que estes cooperassem com o objetivo de coesão da cristandade.

11 Sabatier, *Vida de São Francisco de Assis*, p.168. A tonsura é um corte de cabelo específico para os religiosos que fora obrigatório na Igreja até as vésperas do Concílio Vaticano II. Consistia em raspar o cabelo dos religiosos apenas no centro, sem cortar as extremidades.

O movimento que fora aprovado pela cúria romana precisava de um governo centralizado e de um conjunto de normas específicas. A própria Igreja, ao perceber o sucesso do grupo e de seu líder, percebeu também a necessidade de adequá-lo a um modelo condizente com a doutrina e as leis eclesiásticas, para que os penitentes não viessem a se tornar mais uma das seitas de hereges, como foi o caso dos valdenses.¹²

Nascido de um pequeno grupo de penitentes em Assis, o movimento começava a crescer de forma acelerada. A diversidade dos candidatos, tais como clérigos, teólogos e camponeses, levou a sérias tensões dentro do grupo. Sua superabundância, dentre outros fatores, apontava para a necessidade de uma organização mais sistemática e uma regra mais clara. Foi a partir desse momento, em que os frades buscavam estabelecer um elo mais estreito com a Igreja Romana, que surgiu a figura do “cardeal protetor” Hugolino de Óstia, o futuro papa Gregório IX. A missão de Hugolino seria proteger a ordem dos prelados que viessem a macular a santidade e a liberdade dos frades, além de garantir que estes permanecessem fiéis aos cânones e doutrinas da Igreja. Sabemos que foi o próprio Francisco que solicitou ao papa Inocêncio III a presença de um cardeal para custodiar a ordem, que se mostrava cada vez mais heterogênea e fora de seu controle, exigindo que os frades permanecessem obedientes a Hugolino, como se apresenta no parágrafo 10 do *Testamento*:

Também o ministro esteja gravemente obrigado sob obediência a enviá-lo por tais irmãos que o guardem dia e noite como preso, até que o apresentem ao senhor de Óstia que é o senhor, protetor e corretor de toda a fraternidade.¹³

Apesar de não compreender como se dava a organização de uma ordem monástica, nem mesmo os cânones e procedimentos para comandar um grupo de religiosos, Francisco, provavelmente sensível às mudanças e necessidades que se apresentavam, sabia que seria necessária a presença de uma espécie de “tutor”. Para o historiador Grado Giovanni Merlo, a intervenção da cúria romana dentro da ordem foi necessária. Ao renunciar ao cargo de ministro geral no capítulo geral de 1220, Francisco reconhecia que

12 Assim como Francisco, Pedro Valdo havia pedido a aprovação de sua forma de vida ao papa. Entretanto, os valdenses acabaram transformando-se em uma seita de hereges, pregando sem autorização eclesiástica prévia e questionando o valor dos sacramentos ou mesmo a existência do purgatório. Sobre a questão da heresia entre os séculos XII e XIII, ver Nachman Falbel, *As heresias medievais*, São Paulo, Perspectiva, 1976.

13 *Testamento* §10 apud: Silveira, *São Francisco de Assis*, p. 169-170.

a ordem havia fugido ao seu controle. A renúncia abriu caminho para uma união mais estreita com a “instituição” Igreja, possibilitando a formação de uma dupla hierarquia: uma, do exemplo, representada por Francisco, e outra, da norma, tendo como fundamento a Igreja Romana, por meio do cardeal Hugolino.¹⁴

Hugolino de Óstia era sobrinho de Inocência III, havia sido formado dentro da escola curial e em diplomacia, e já havia atuado em missões anteriores com os cistercienses, tendo absorvido o espírito religioso monástico.¹⁵ Logo, poderíamos levantar a hipótese de que a cúria romana, como fora estabelecido nos cânones do IV Concílio de Latrão, realizado durante o papado de Inocência III, buscava uma maior centralização no que diz respeito às ordens monásticas, estabelecendo a prática dos capítulos gerais.¹⁶ Provavelmente a experiência e as habilidades de Hugolino influenciaram sua escolha como cardeal protetor da Ordem Franciscana.

No período em que Hugolino esteve na função de tutor da ordem, observamos um acelerado processo de institucionalização. Primeiramente, o cardeal aconselhou Francisco a instituir o ano de noviciado para os candidatos que porventura quisessem ingressar na fraternidade. Em relação à elaboração da *Regra* definitiva, Hugolino também teve um papel relevante, uma vez que a cúria romana exigia de Francisco a elaboração de um texto mais claro e direto – a *Regra* apresentada a Inocência III, em 1209, possuía um caráter espiritual e consistia apenas de algumas passagens do *Evangelho*.

Durante o IV Concílio de Latrão, também fora definido que a Igreja não aprovaria novas ordens religiosas.¹⁷ Os novos movimentos deveriam se enquadrar nas regras monásticas já aprovadas anteriormente — a rigor, o cânone se estendia à Ordem dos Frades Menores, mas isso não ocorreu. O papado, em uma postura de defesa aos franciscanos, argumentou que os religiosos já haviam recebido a aprovação oral em 1209, e portanto não estavam obrigados a renunciar sua forma de vida.

14 Grado Giovanni Merlo, *Em nome de São Francisco: história dos frades menores e do franciscanismo até o séc XVI*, Petrópolis, Vozes, 2005, p. 38.

15 Maximiliano Barrio et al., *Diccionario de los papas y concilios*, Barcelona, Ariel, 2005, p.215.

16 “IV Concilio de Letrán, 1215 VII ecuménico”, cap. 12, *Biblioteca Franciscana*, <http://www.franciscanos.net/document/letran2.htm>, acesso em 26/09/2010. De acordo com o concílio, passou a ser obrigatória a realização pelas ordens monásticas, de capítulos gerais, de três em três anos.

17 “IV Concilio de Letrán”, cap. 13.

O contexto histórico das hagiografias de São Francisco do século XIII

Antes de nos debruçarmos na análise das hagiografias selecionadas, cabe uma explicação acerca do conceito de hagiografia, utilizando-se da exposição de Andréia Frazão Silva:

O termo “hagiografia” possui raízes gregas (hagios = santo; grafia = escrita) e é utilizado, desde o século XVII, para designar tanto o estudo crítico dos diferentes aspectos ligados ao culto aos santos, bem como os textos que têm como temáticas centrais os santos e seu culto, como vidas, tratados de milagres, relatos de transladações, viagens espirituais, martiriológios, etc.¹⁸

As hagiografias, longe de serem simples relatos sobre a vida dos santos, procuram sobretudo exaltar seus milagres e virtudes. Esses textos foram elaborados para a edificação espiritual, a fim de propor modelos de homens e mulheres cristãos a serem apresentados aos fiéis.

Com a morte e a canonização de Francisco de Assis, observou-se a produção de um grande número de hagiografias sobre o novo santo. Posteriormente, o Ministro-Geral Boaventura de Bagnoregio (que presidiu os destinos da ordem de 1257 a 1274 e foi mais tarde canonizado como São Boaventura) ordenou o recolhimento e a destruição de todos os textos produzidos sobre a vida de São Francisco até então — doravante, a única hagiografia permitida nos conventos seria a *Legenda maior*, que ele mesmo escrevera. Tal decreto repercute até os nossos dias, dificultando o aprofundamento nas pesquisas sobre a questão franciscana na Idade Média; entretanto, alguns desses textos banidos foram recuperados e analisados por pesquisadores, como o próprio Paul Sabatier.

Optamos por analisar os escritos de frei Tomás de Celano, incluindo os textos da *Primeira vida* e da *Segunda vida de São Francisco* e a *Legenda dos três companheiros*, por terem sido produzidos na primeira metade do século XIII, dentro da ordem, e refletirem, de forma expressiva, a presença do cardeal Hugolino no seio da comunidade. Alguns desses textos trazem relatos do cardeal logo após sua eleição como papa, nas narrativas sobre o processo de canonização.

18 Andréia Cristina L. Frazão Silva, “Introdução” in: *Hagiografia e História: reflexões sobre a Igreja e o fenômeno da santidade na Idade Média Central*, Rio de Janeiro, HP Comunicação, 2008, p.7.

Sobre essas legendas, faz-se necessária uma discussão acerca do contexto histórico em que foram produzidas. Tomás de Celano teria entrado na ordem por volta de 1215, e, segundo Jordão de Jano, foi para a Alemanha juntamente com outros frades, em uma missão. Após a morte de Francisco, Hugolino, que havia sido eleito papa, adotando o nome de Gregório IX, depois de promover a rápida canonização do santo de Assis e a construção de uma basílica, confiou ao frade Tomás de Celano a responsabilidade de elaborar uma vida para o novo santo.¹⁹ Cabe neste momento a exposição de Michel de Certeau sobre a produção hagiográfica:

A vida de santo se inscreve na vida de um grupo, Igreja ou comunidade. Ela supõe que o grupo já tenha uma existência. Mas representa a consciência que ele tem de si mesmo, associando uma imagem a um lugar. Um produtor (mártir, santo patrono, fundador de uma abadia, fundador de uma Ordem ou de uma igreja, etc.) é referido a um sítio (o túmulo, a igreja, o mosteiro, etc.) que assim se torna uma fundação, o produto e signo de um advento.²⁰

Logo, como afirma Certeau, as hagiografias também servem como afirmação da identidade ou dos ideais de um grupo específico a partir de um ícone. No caso de Francisco de Assis, várias foram as hagiografias produzidas pelos mais diversos grupos dentro e fora da ordem até o século XIV.

A *Primeira vida de São Francisco*, escrita por Celano, seguiu os moldes das hagiografias tradicionais, diferentemente de outros textos que viriam a seguir, como a *Legenda maior*, de São Boaventura, e a *Legenda dos três companheiros*. Celano, por ter escrito por ordem do papa, se ateu aos milagres e às virtudes do santo, para que Francisco fosse conhecido no mundo inteiro. Poucos foram os espaços dedicados à ordem.²¹

Essa lacuna acabou por levar a ordem, no capítulo geral de 1244, a optar pela elaboração de uma segunda vida do fundador. A nova hagiografia dedicou vários trechos à espiritualidade franciscana. Ao comparar as duas obras, podemos perceber que, enquanto a primeira fora destinada à difusão maciça das virtudes de Francisco, a segunda seria de

19 Frei Jordão de Jano, *Crônica*, §19 apud: Silveira, *São Francisco de Assis*, p.999.

20 Michel de Certeau, *A escrita da história*, Rio de Janeiro, Forense, 1982, p. 243.

21 Frei Tomás de Celano, *Primeira vida de São Francisco* apud: Silveira, *São Francisco de Assis*, p. 177-285 (doravante *1Cel*)

caráter interno, no intuito de mostrar aos frades o exemplo de seu fundador. Tanto a *Primeira vida* quanto a *Segunda vida* terminam com a canonização do santo.²²

Quanto à *Legenda dos três companheiros*, sua autoria é atribuída aos primeiros companheiros de Francisco de Assis: Leão, Ângelo e Rufino.²³ Segundo Ildefonso Silveira, no capítulo de 1244, o recém-eleito Ministro-Geral da ordem, frei Crescêncio de Iesi, determinou que todas as notícias, fatos e milagres referentes à vida de São Francisco lhe fossem enviados, a fim de serem guardados para a posteridade. A coleção de informações enviada pelos chamados três companheiros teria dado origem ao texto. Após diversas e minuciosas análises, alguns pesquisadores colocam em dúvida sua autoria: provavelmente a legenda deve ter sido elaborada por apenas um dos companheiros citados. Há hipóteses de que os primeiros capítulos foram redigidos antes da *Segunda vida* de Tomás de Celano.²⁴

Hugolino de Óstia nas primeiras hagiografias da ordem

Os hagiógrafos não concordam a respeito do momento exato do primeiro encontro de Hugolino e Francisco, mas provavelmente o santo já conhecia o bispo quando pediu a Roma a aprovação da forma de vida da ordem. Já a *Legenda dos três companheiros* diz que a ordem, antes de ter Hugolino como tutor, já contava com a presença do cardeal João de São Paulo.

O venerável pai, Cardeal João de São Paulo, que muitas vezes dava conselhos e proteção ao bem-aventurado Francisco, recomendava a todos os outros cardeais a vida e os atos do santo e de seus irmãos. E os seus ânimos eram movidos a amar o homem de Deus e seus irmãos, a tal ponto que cada um desejava ter em sua cúria alguns deles, não para serem servidos por eles, mas pela santidade e devoção que lhes tinham.

22 Frei Tomás de Celano, *Segunda vida de São Francisco* apud: Silveira, *São Francisco de Assis*, p. 286-446 (doravante *2Cel*).

23 *Legenda dos três companheiros* apud: Silveira, *São Francisco de Assis*, p. 646-697 (doravante *LTC*).

24 Silveira, "Introdução" in: *São Francisco de Assis*, p. 31-35.

Morto o senhor Cardeal de São Paulo, Deus inspirou a um dos cardeais, chamado Hugolino, naquele tempo bispo de Óstia, que nutrisse pelo bem-aventurado Francisco e seus irmãos profundo amor e lhe garantisse conselho e proteção. Na realidade tratou-os com muito afeto, como se fosse o pai de todos. Mais ainda: seu afeto por eles superava o amor carnal que une naturalmente pais e filhos.²⁵

Ao nos debruçarmos na análise desse fragmento, percebemos que a presença de João de São Paulo sugere que a figura do cardeal protetor é anterior à chegada de Hugolino. A cúria romana já demonstrava preocupação em relação ao desenvolvimento da ordem, como já foi dito. O papado, ao aprovar novos movimentos religiosos de caráter itinerante, como o caso dos Frades Menores, procurava zelar para que não se desviassem da doutrina da Igreja.

Já o capítulo 5 da *Primeira Vida de São Francisco*, de frei Tomás de Celano, parece fazer uma apologia da figura de Hugolino. As alegorias e analogias feitas pelo hagiógrafo refletem a intenção de ressaltar, no já então papa Gregório IX, as virtudes de um bispo exemplar:

O cardeal conformava-se em tudo com os costumes dos frades e, desejando ser santo, era simples com os simples, humilde com os humildes e pobre com os pobres. Era um irmão entre os outros, mínimo entre os menores, e procurava ser como um dos demais na maneira de viver e de agir. Tinha muita solicitude pela difusão da Ordem em toda a parte e, como tinha fama de vida santa, conseguiu ampliar bastante a Ordem.

Dera-lhe o Senhor uma língua erudita, com que confundia os adversários da verdade, refutava os inimigos da cruz de Cristo, reconduzia os transviados ao caminho, pacificava os que estavam em desavença e reforçava os laços da caridade entre os que se amavam. Era na Igreja de Deus a luz que arde e ilumina e a seta escolhida preparada em tempo oportuno.²⁶

O trecho em questão nos leva a algumas reflexões concretas, a começar pela suposta humildade do cardeal, ressaltada por Celano. O fragmento aponta a postura do papado de acolher os movimentos de caráter pauperístico que professavam a fé católica: Hugolino, assim como Inocêncio

25 *LTC*, cap. 15.

26 *ICel*, cap. 5, §99.

III, percebera a necessidade de apoiar tais movimentos. Celano procurou mostrar a aproximação e a familiaridade do papa para com a pobreza e a humildade dos Frades Menores — embora, posteriormente, ele houvesse expedido uma bula interpretativa da *Regra* em relação à questão da observância da pobreza que despertaria sérios conflitos entre os religiosos.

Ao atribuir a Hugolino os adjetivos de humilde e pobre, Celano procurou mostrar, tanto aos frades quanto àqueles que porventura viessem a ter contato com a *Legenda*, a santidade de Gregório: a exemplo de Cristo, o papa fez-se pobre. No século XIII, os movimentos religiosos passaram a adorar de forma mais intensa a figura do Cristo pobre; a Igreja, por seu turno, passou a ressaltar a humanidade do papa, no intuito de reafirmar seu poder espiritual, associando sua figura à de Jesus, sendo o bispo de Roma o vigário de Cristo. Por outro lado, o segundo parágrafo aponta para uma posição enérgica do mesmo papa contra os supostos “inimigos da Cruz de Cristo” que provavelmente se refere aos hereges. Gregório, com sua pregação e eloquência, refutou as doutrinas heréticas contra a Igreja como um defensor da fé e guardião do rebanho que lhe fora confiado. Mais à frente, no mesmo capítulo, Celano se voltaria para a amizade entre Francisco e Hugolino:

O cardeal também tinha uma amizade enorme pelo santo, e por isso tudo que o santo dizia ou fazia era do seu agrado; e só de vê-lo ficava muitas vezes todo comovido. Testemunhou ele mesmo que nunca teve perturbação ou tentação tão grandes que não passassem só de ver ou conversar com o santo, o que lhe devolvia a serenidade, afugentava o aborrecimento e fazia aspirar à alegria do alto. Ele servia a São Francisco como um servo ao seu senhor, e se, sempre que o via fazia-lhe uma reverência como a um apóstolo de Cristo, inclinando-se exteriormente e interiormente, e muitas vezes lhe beijava as mãos com seus lábios sagrados.²⁷

Nesse trecho, o hagiógrafo representou Hugolino como um verdadeiro servo de Francisco. A posição do bispo parece contraditória, já que, dentro da hierarquia eclesiástica, Hugolino estava acima de um simples diácono.²⁸ Entretanto, cabe uma reflexão sobre a questão da santidade na

27 *1Cel*, cap. 5, §101.

28 Segundo alguns escritos, Francisco, devido à insistência da cúria romana, que não concebia um leigo a frente de uma ordem religiosa, teria aceitado o sacramento da ordem do diaconato, recusando-se a ser ordenado sacerdote, pois se achava indigno de exercer tal função. A aceitação de Francisco da ordem do diaconato pode ser observada na passagem do Natal em Grécio: *1Cel*, cap. 30, §85-86.

Idade Média Central. De acordo com André Váuchez, no século XIII foram estabelecidos certos critérios para o reconhecimento da santidade — como virtudes para o reconhecimento do santo são prezadas a pobreza e a humildade, além da obediência à Igreja e da colaboração com ela na defesa da fé católica, em detrimento dos milagres que, durante a Alta Idade Média, tinham maior peso nos processos de canonização promovidos pelos bispos locais nas dioceses.²⁹

Segundo Sophia Boesch Gajano, a inauguração da reserva pontifícia para a canonização dos santos, no século XIII, em virtude da “plenitudo potestatis”, dava ao papado o controle do reconhecimento institucional da santidade, determinando os indivíduos que deveriam ser cultuados na cristandade, bem como o dia da festa e como deveria ser feita a sua veneração.³⁰ A Igreja, no período em questão, pareceu dar maior preferência aos religiosos ligados às ordens mendicantes, pois, como já sabemos, estes foram os grandes colaboradores dos projetos do papado. Sabemos que o texto hagiográfico foi redigido após a canonização de Francisco; logo, o fundador dos Frades Menores tornara-se santo oficialmente canonizado pelo próprio Gregório IX. Pode-se considerar que o papa reconheceu a santidade de Francisco já em vida; dessa forma, Celano ressaltava a veneração de Hugolino a Francisco com o gesto de beijar as mãos.

Na *Segunda Vida de São Francisco*, diferentemente do primeiro texto, Celano não dedica tantos trechos a Hugolino, mas percebemos em vários fragmentos alguns termos e discursos semelhantes aos da *Primeira Vida*. Para colaborar com essa discussão, selecionamos um fragmento do capítulo 33:

29 André Váuchez, “Santidade” in: Fernando Gil (Org.), *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987, v. 12, p. 287-300.

30 Sophia Boesch Gajano, “Santidade” in: Jacques Le Goff e Jean Claud Schimitt (Orgs.), *Dicionário temático do Ocidente medieval*, São Paulo, Edusc, 2009, p. 449-463. A teoria do “plenitudo potestatis” surgiu por volta do século V. Utilizando como fundamento algumas passagens do *Evangelho* (como *Mateus* 16, 16-19, que narra o primado de Pedro, assim como o *Evangelho de João* no capítulo 21, 15-17), e segundo interpretações de teóricos, afirma que o poder de pastorear as ovelhas (a Igreja) fora confiado a Pedro pelo próprio Cristo; logo, o papa — como sucessor de Pedro, príncipe do apóstolos e responsável pela salvação e entrada das almas no Reino dos céus — acumularia tanto os poderes espirituais quanto temporais (ver Sérgio Ricardo Strefling, *Igreja e Poder: plenitude do poder e soberania popular em Marsílio de Pádua*, Porto Alegre, Edipucrs, 2002, p. 15-22). Outro argumento utilizado era o de que o papa, pelo fato de legitimar e conceder a autoridade ao Imperador, estaria acima também da autoridade secular (ver José Antônio de C. R. Souza e João Morais Barbosa, *O Reino de Deus e o reino dos homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média, da Reforma gregoriana a João Quidort*, Porto Alegre, Edipucrs, 1997).

Durante um capítulo em Santa Maria da Porciúncula, chegou o bispo de Óstia, com uma multidão de soldados e clérigos, para visitar os frades. Vendo-os deitados no chão e olhando suas camas, que mais pareciam ninhos de feras, chorou muito e disse diante de todos: “Olhem onde dormem os frades. Que será de nós, miseráveis, que tanto abusamos do supérfluo?” Todos os presentes se comoveram até as lágrimas e foram embora muito edificadas. Esse bispo de Óstia foi aquele que, feito mais tarde porta principal da Igreja, resistiu sempre aos inimigos, até que entregou a Deus sua alma bendita, como uma hóstia sagrada. Que coração piedoso, que entranhas de caridade! Colocado no alto, doía-se por não ter altos merecimentos, mas na realidade era mais sublime pela virtude que pelo cargo.³¹

No episódio da visita do cardeal aos frades, Hugolino parece exortar aos clérigos seculares as virtudes da pobreza — os frades seriam um exemplo a ser seguido por eles. Ao final do fragmento, Celano dá a Hugolino o adjetivo de porta principal da Igreja. O cardeal é aquele que se entrega ao governo da Igreja, que se doa assim como o Cristo na hóstia. A necessidade de colocar o papa numa posição de submissão a um dos santos mais populares da Idade Média poderia estar numa mudança de mentalidade religiosa que permeava os movimentos monásticos e, sobretudo, laicos, do século XIII, que tinham por característica principal a ajuda aos pobres e o reconhecimento da humanidade e da pobreza de Cristo.

Considerações finais

Por meio da análise dos fragmentos selecionados dentre as fontes reunidas, podemos apontar algumas possíveis intenções de Celano: identificar Hugolino, primeiramente, como um bispo humilde associado à figura de Cristo; em seguida, como aquele que fora escolhido por Deus (ser reconhecido por um santo dava também a Gregório uma espécie de “santificação”); e, por último, como pastor, ao combater os “inimigos da Igreja” (hereges), protegendo seu o “rebanho” — no caso, os fiéis.

Além disso, como já foi apontado, a partir do século XIII o Ocidente viveu, de acordo com Váchez, a efervescência da espiritualidade e da devoção à figura do Cristo pobre, bem como práticas de misericórdia para com os indigentes por parte dos leigos. A identificação com o Cristo pobre,

31 *2Cel*, cap. 33, §333.

que antes era restrita ao monacato, passou a se estender de forma concreta aos vários movimentos religiosos. Dessa forma, o papado, a fim de garantir a hegemonia das práticas religiosas na cristandade, acabou cedendo a essas novas formas de devoção, absorvendo-as.

O vigário de Cristo passou a se identificar com este Cristo pobre, mais próximo da nova realidade religiosa, que não nascera dentro da alta hierarquia eclesiástica, mas entre os fiéis mais simples — indivíduos indispensáveis para o projeto de reforma da Igreja. Retomando as considerações de Brenda Bolton, o papado não teria conseguido promover sua política de reforma sem ceder a esses novos movimentos que fugiam do controle da cúria romana.

A Igreja Romana, na pessoa de Hugolino, ou Gregório IX, apropriou-se da figura de Francisco de Assis, aproximando a sua figura à do santo e exercendo o controle sobre a Ordem dos Frades Menores. A estreita ligação entre o papa e o fundador da ordem em questão, nos relatos de Celano, além das várias qualidades enumeradas pelo hagiógrafo, apontam para um discurso de afirmação da santidade e da autoridade de Gregório IX como chefe da Igreja. Tais elementos, sem dúvida, foram utilizados para promover a sua política de centralização e reforma religiosa da cristandade.

O então papa, ao longo de seu pontificado, em suas relações com a ordem, utilizou-se desses argumentos para decidir questões centrais da organização interna dos frades. Percebemos, assim, que o papado não utilizou apenas argumentos teológicos ou jurídicos para garantir sua dominação e reconhecimento de seu poder pela sociedade medieval, mas também elementos como o culto aos santos e a difusão de suas hagiografias.

recebido em 25/02/2011 • aprovado em 14/05/2011